

**RELAÇÃO DE ESCALA: A INTERAÇÃO ENTRE
DIFERENTES FORMAS DE PLANEJAMENTO NA
ROCINHA**

PEDRO FONSECA MOREIRA

PEDRO FONSECA MOREIRA

**RELAÇÃO DE ESCALA: A INTERAÇÃO ENTRE
DIFERENTES FORMAS DE PLANEJAMENTO NA
ROCINHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador Prof. Dr. Fabrício Leal de Oliveira

Rio de Janeiro

2014

Ficha catalográfica

PEDRO FONSECA MOREIRA

**RELAÇÃO DE ESCALA: A INTERAÇÃO ENTRE
DIFERENTES FORMAS DE PLANEJAMENTO NA
ROCINHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovado em:

Resumo

O objetivo desse trabalho é fazer uma análise da eficácia da implantação do plano de desenvolvimento sócio espacial do bairro da Rocinha como ferramenta para planejamento urbano e sua relação aos investimentos realizados no território. A escolha da Rocinha como objeto de análise se deu a partir da condição excepcional que envolveu a formação do plano local dentro das condições de manifestação do planejamento urbano insurgente, além de representar atualmente uma área de grande debate político, alto investimento recebido do governo para transformações e grande projeção por ser considerada maior favela do Brasil. O foco central foi analisar as relações existentes entre as diretrizes presentes no plano de desenvolvimento local e os projetos nos quais os investimentos públicos estão sendo aplicados, a fim de determinar se existe uma consonância entre as diretrizes e os investimentos concretos na comunidade, considerando a participação dos movimentos sociais urbanos e dos grupos que disputam poder no território.

Abstract

The objective of this work is to make an analysis of the effectiveness of the implementation of the spatial plan of socioeconomic development in the neighborhood of Rocinha as a tool for urban planning and its relation to investments made in the territory. The choice of Rocinha as object of analysis came from the exceptional condition involving the formation of local level within the conditions of manifestation of insurgent urban planning, in addition to representing currently an area of great political debate, high investment received from Government for transformations and great projection for being considered Brazil's largest slum. The central focus was to analyze the relationship between the guidelines present in the local development plan and the projects in which the public investments are being applied in order to determine whether there is a line between the guidelines and the specific investments in the community, considering the participation of urban social movements and the groups who dispute influence in the territory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.....	10
3 A ROCINHA.....	15
3.1 ASPECTOS GERAIS	15
4.2 FORMAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	19
4.3 RELAÇÃO DE DISPUTA DE PODER NO TERRITÓRIO	21
4 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ESPACIAL DO BAIRRO DA ROCINHA	25
4.1 ESTRUTURAÇÃO DO PLANO	25
4.2 O PROCESSO PARTICIPATIVO NA CONCEPÇÃO DO PLANO.....	29
4.3 RELAÇÃO DO PLANO COM LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E O OUTRAS FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL.....	32
5 O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC).....	35
5.1 SOBRE O PROGRAMA	35
5.2 COMPARAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS DO PAC I E II	36
5.3 O PAC E PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ROCINHA	40
6 CONCLUSÃO	41
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A área de planejamento urbano é de grande complexidade, dada a necessidade de condensar diversas visões de um determinado local através de diversas épocas a fim de prever uma ação. É cômoda a postura crítica sobre uma estratégia que não atinge êxito e penosa a tarefa de introduzir mudanças em sistemas políticos arraigados em antigas convenções sociais. No entanto, é possível que uma alternativa para simplificar esse processo seja uma abordagem franca e uma fragmentação das atribuições, da personagem “planejador urbano” aos demais atores das cidades. A busca de um planejamento participativo, a partir do diálogo com as populações diretamente influenciadas por planos ou ações, vem ocorrendo de uma maneira mais frequente, abrindo novas possibilidades para o processo de tomada de decisões. As tecnologias disponíveis para difusão de informação e interação social e institucional permitem a aproximação de um ideal utópico de que a concepção e a gestão das cidades sejam feitas por um coletivo cidadão politizado.

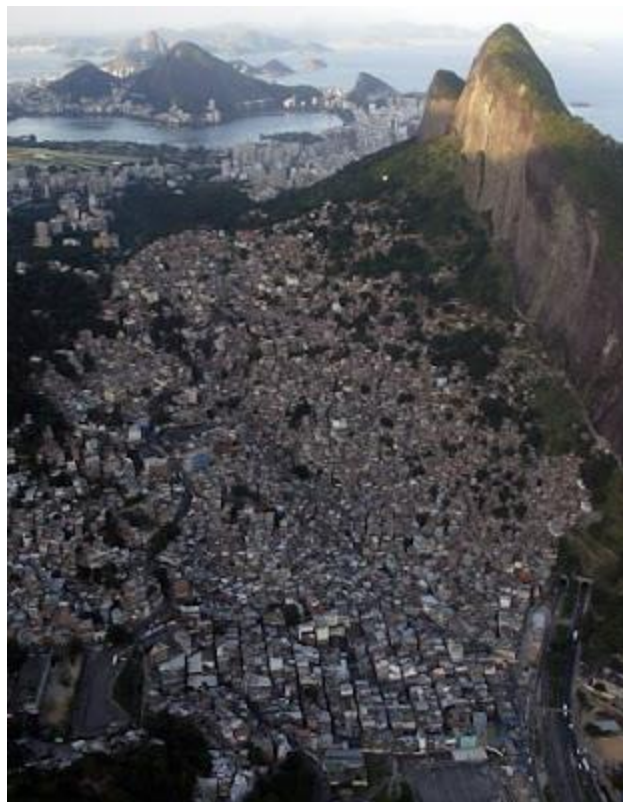
O Brasil apresenta uma grande variedade de tipologias municipais: de metrópoles figurando no cenário de cidades cosmopolitas a pequenos aglomerados, que apresentam em sua grande maioria uma população “urbana” mas com características do rural. As responsabilidades sobre políticas urbanas cabem aos diferentes municípios, produzindo, igualmente, diversas posturas diferentes em relação ao planejamento, desde propostas pioneiras em termo de gestão, capazes de transformar a forma de como as cidades são pensadas, até a completa e total ignorância da área¹. Dessa forma, vemos que a política generalista de planejamento, como promover (impor) a criação de planos diretores ou ações que desconsideram especificidades locais, se mostram frequentemente incapazes de produzir resultados concretos de desenvolvimento social e organizacional das cidades. Da mesma forma, debruçando sobre os planos municipais, existe uma grande diferença entre as escalas da cidade ou metrópole e aquelas dos bairros e comunidades, de forma que um plano compreensivo (abrangente) se mostra incapaz de empreender mudanças que de fato gerem impacto no cotidiano popular.

A Rocinha se configura como a dicotomia existente entre a proximidade do formal e informal no Rio de Janeiro e devido a magnitude do território é frequentemente alvo de interesse político,

¹ E isso não quer dizer que as ferramentas para planejamento urbano são ignoradas somente em municípios pequenos, nem que todas as práticas inovadoras vêm das capitais. É comum ver se o inverso.

logo de investimento. A escolha deste do território como área de estudo foi baseada na situação especial da comunidade, que passou por um processo de concepção de um plano de desenvolvimento em escala local e que também foi contemplada com verbas para investimento no território de projetos federais de urbanização. Apesar do promissor cenário de transformações pelo qual a Rocinha está passando, ainda existe a questão sobre qual o grau de participação popular em todo esse processo e se os investimentos de fato correspondem aos interesses dos moradores.

Dessa forma, existe a necessidade de promover um debate acerca das escalas de planejamento e sua repercussão no urbano, focando principalmente no relacionamento das políticas públicas promovidas a partir da esfera federal até o atingir localidades de bairro e comunidades. Existe uma ligação consciente traçada a partir de cada uma dessas iniciativas? Quais os possíveis benefícios que esse tipo de relação poderia trazer? Estão os demais atores sociais preparados para assumir a posição de concepção/gestão das cidades?



(Imagem 1 – Favela da Rocinha em Foto aérea – FONTE: <http://2.bp.blogspot.com/-JGGRig9H-04/TdfDuK5vCUI/AAAAAAAAAD 8/69xkgbR4LC0/s400/rocinha.jpg>)

2 PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

A analogia de cidade como uma empresa está fortemente marcada no discurso dos planejadores contemporâneos, que consideram fundamental que a cidade seja capaz de se apresentar como atrativa e rentável para investimentos privados. Apesar da herança racionalista, da negação da informalidade e do espaço público - mais precisamente da rua - como espaço de socialização e construção das relações interpessoais na cidade, ambas presentes na proposta do planejamento urbano moderno, o planejamento contemporâneo passa ser encarado como uma estratégia para atender as demandas do mercado, legitimando a privatização como ferramenta para promoção de desenvolvimento. Observa-se, contudo, que esse “desenvolvimento” não necessariamente atende a cidade em sua plenitude: pelo contrário, as transformações provenientes da adequação do planejamento ao marketing urbano muitas vezes não são percebidas pelos seus próprios habitantes.

O discurso de promoção da cidade - o marketing urbano - produz contradições ao destacar apenas os aspectos considerados necessários para que o cenário ideal de cidade seja alcançado. A fim de se apresentar como rentável, a cidade deve mostrar uma imagem forte e positiva, segura e/ou atrativa (BORJA E CASTELLS, 1996; In VAINER, 2000). Ao mesmo tempo em que se defende um ideal de cidade socialmente democrática e harmoniosa, condena-se a pobreza e a miséria como uma intempérie que ameaça a consolidação da cidade como local atrativo para investimentos. As condições para que imagem da cidade seja vendida não se estendem à cidade como um todo. Como defende Vainer, a cidade não se configura apenas como uma mercadoria, mas uma mercadoria de luxo, deixando claro que o público desse planejamento é específico e qualificado (VAINER, 2000).

O planejamento estratégico visa incorporar as teorias de desenvolvimento econômico liberais sobre as soluções utilizadas para equacionar os problemas urbanos. Pedro Novais coloca que o planejamento estratégico incorpora a proposta que as cidades competem internacionalmente por oportunidades, norteadas, dessa forma, as ações de investimento (LIMA JUNIOR, 2010). Podemos citar como elementos dessas oportunidades para desenvolvimento a atração de sede de empresas multinacionais (em particular as de telecomunicação), além da promoção de grandes eventos (culturais, esportivos, sociais ou até religiosos).

A aplicabilidade desse modelo ainda depende de uma condição moral da população para que o plano obtenha êxito em sua implantação. Parte da estratégia do planejamento, deste modelo,

se baseia na exploração dos problemas urbanos (transporte, segurança pública, degradação espacial), induzindo um discurso de que as cidades estão em crise. A ideia é que esse descontentamento leve a uma fácil aceitação de qualquer proposta que seja bem apresentada como solução para os problemas urbanos. Esse sentimento deve ser automaticamente substituído pela capacidade de superação através de uma vontade e orgulho coletivo, responsável por alavancar a situação. Essa capacidade de direcionar a opinião pública para aceitação do plano figura-se tão importante quanto a capacidade da cidade de se projetar ao mercado global.

O planejamento estratégico, logo, tem por objetivo garantir que a cidade tenha capacidade ser competitiva frente as outras cidades, atrair investimentos externos e privatizar seus serviços para atender as demandas do sistema econômico neoliberal. Segundo Vainer (2000), a cidade empresa se constitui como uma negação da cidade enquanto espaço político, do debate e do conflito de classes, suprimindo através de um falso consenso a discussão filosófica sobre o ideal de cidade e de desenvolvimento.

O cenário político neoliberal em que se consolidou o planejamento a partir dos planos estratégicos, privilegia os investimentos urbanos que visam aumentar a rentabilidade da cidade, relegando o desenvolvimento social a um segundo plano. O crescente sentimento que as cidades devem ser não só o local das relações de troca, mas também acolhedora para população que nela reside, leva a uma nova teorização sobre o que seria planejamento. As discussões sobre a questão das escalas de planejamento, sua abrangência na concepção de planos urbanos e no processo participativo da sociedade, não apenas de forma geral, mas com um olhar específico aqueles atores inerentes as intervenções no espaço, são características marcantes de alternativas ao planejamento estratégico.

O estudo desse cenário político permite identificar que existe uma postura de estabilização do modelo capitalista em escala global, suprimindo a regulação do poder público e suplantando qualquer outro tipo de pensamento/movimento que faça uma contraposição a esse modelo. A ideia de poder hegemônico do Estado neoliberal é defendida por MirafTAB não somente como uma coação corretiva à população (como comparada a regimes coloniais), mas como um projeto ideológico, no qual se vende uma ideia justificar uma proposta desenvolvimentista como forma de legitimação das ações coercivas, isso aliado a um discurso de inclusão social e pertencimento para a população (MIRAFTAB, 2009), como exemplo das privatizações dos serviços públicos, legitimados a partir do discurso de uma maior eficiência econômica e um

serviço mais cômodo aos usuários. As arenas para participação da população, dentro do modelo neoliberal, constituem-se como espaços restritos, sem equidade entre as instâncias, figurando um local simbólico de inclusão social, ao passo que a participação dos atores sociais acontece em caráter apenas consultivo. Apesar dessas ações, esses espaços, de forma contraditória, são parcialmente responsáveis pelo surgimento de movimentos que veem justamente combater esse modelo hegemônico.

A ideia do planejamento insurgente deriva do sentimento de que uma população com maior acesso ao Estado não significa necessariamente uma sociedade mais inclusiva. Uma vez que o preceito de cidadania não parte das instituições públicas, ele aflora da sociedade na forma de luta dos movimentos sociais e minorias pelo direito à cidade e participação na sua concepção e gestão. Segundo Miraftab, o planejamento insurgente vem, dessa forma, absorver as práticas presentes no cotidiano da população marginalizada, constantemente difamada pelo Estado neoliberal. Essas soluções informais, que são estratégias de sobrevivência e otimização do uso do espaço, construídas a partir de gerações de políticas sociais excludentes, suscitam outro debate relacionado a dissociação entre o saber teórico e prático para planejamento. Rainer Randolph defende que é necessária uma postura subversiva para quebrar uma lógica instrumental de planejamento e de cidadãos indulgentes das práticas tradicionais (RANDOLPH, 2008). A partir do momento que se admite que o planejamento não vai ser algo imposto pelo Estado ou pelas regras tradicionais, simbolizado por um profissional planejador desassociado com o meio em estudo, característica de um modelo centralizado tecnocrático de planejamento, muda-se a visão desse ator, não como uma pessoa específica que seria responsável pelo trabalho, mas por um coletivo que pretende envolver membros das diversas classes, organizações, escalas de representação e saberes, sempre com a característica que esse processo parta do lócus da questão urbana.

O planejamento insurgente, dessa forma, surge como estratégia para combater a hegemonia do Estado neoliberal, criando uma alternativa para o afloramento do conflito que existe entre o modelo de política urbana existente e as reivindicações da população que se constituiu e se consolidou marginalizada da sociedade. John Friedmann, em seu livro *Prospects of Cities*, lista princípios do planejamento insurgente para população marginalizada: análise crítica e entendimento das forças de marginalização e opressão; entendimento de que o problema deve ser atacado simultaneamente em várias escalas; que a luta deve ser feita visando direitos materiais e políticos; e envolver o Estado e instituições relacionadas (FRIEDMANN 2002; In MIRAFTAB, 2009).

Os planos de desenvolvimento como instrumento político de reivindicação do direito de morar e usufruir dos serviços urbanos é uma importante ferramenta dos grupos sociais que são constantemente ameaçados de remoção. O caso da Vila Autódromo, localizada em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, é extremamente significativo pela resiliência após anos de investidas sobre a comunidade na tentativa de realocação de seus moradores. Para este fim, foram utilizados argumentos distintos, abordando temáticas como degradação ambiental, estética urbana, segurança de eventos, entre outras, que terminaram por não se efetivar como justificativas fundamentadas para a saída de seus moradores. Atualmente, a comunidade vive o ápice das tentativas de remoção e desarticulação de sua mobilização, frente a ação de sediar os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, que terá o Parque Olímpico (principal equipamento do evento) vizinho à comunidade.

A luta pelo direito à cidade empreendida pela comunidade da Vila Autódromo é marcada por um enfrentamento de todo um sistema empreendedor urbano que enxerga a cidade como uma mercadoria a ser negociada a partir da parceria entre os poderes público e privado. Tal sistema trabalha a partir comercialização da identidade urbana para um evento específico acima das atividades dos moradores dessa cidade. Apesar de estender essa postura por toda a cidade, são nas áreas de baixa renda, onde existe um impacto extremamente agressivo, em razão da especulação sobre solo urbano, que trata espaços como mercadoria e negando a essa população não abastada o direito à cidade (ocupação do solo e serviços e equipamentos públicos que a cidade tem a oferecer).

O plano popular desenvolvido para Vila Autódromo rejeita as remoções reafirmando a permanência da comunidade em seu local atual e desenvolve ações que vão desde planos de infraestrutura e propostas habitacionais a programas de desenvolvimento cultural e comunitário. Proposta foi concebida a partir da discussão que se deu entre os moradores da comunidade com apoio técnico de membros da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, deixando evidente a inclusão do plano no processo participativo e incluindo academia na discussão política sobre o modelo de urbanismo praticado frente o sistema hegemônico de governo.

Através dessa análise, observamos que existe uma dicotomia do pensamento no que diz respeito ao planejamento urbano, considerando os aspectos daqueles que serão beneficiados após realizados investimentos sobre o urbano e a partir do processo de concepção, da figura do planejador e do envolvimento da população, desde a concepção, até a implementação e gestão de um determinado plano.



(Imagem 2 – Movimento contra remoção da vila autódromo - <http://www.canalibase.org.br/demolicoes-aumentam-pressao-na-vila-autodromo>)

3 A ROCINHA

3.1 ASPECTOS GERAIS

A escolha da atribuição nominal que se dá à área de estudo é por si só uma primeira questão de debate, em um contexto social e político. A Rocinha é, sobretudo, uma favela. Este designo representa a alma do próprio lugar, uma vez que permite não somente caracterizá-la não somente em termos de morfologia espacial ou da situação sócio econômica, mas a própria organização social e das relações interpessoais entre seus moradores. É a forma como pretendem ser visto pelos demais habitantes, no que diz respeito a legitimação de uma ocupação baixa renda na região da cidade.



(Imagem 3 – Mapa do município de Rio de Janeiro destacando o bairro da Rocinha - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rocinha#mediaviewer/Ficheiro:Rocinha.svg>)

A Rocinha é um bairro, criado e delimitado pela Lei nº1.995/93², do município do Rio de Janeiro, que também proporcionou modificação nos limites nos bairros da Gávea, Vidigal e São Conrado. A mesma lei instituiu que o bairro da Rocinha integraria uma Região Administrativa exclusiva da Subprefeitura da Zona Sul³. A designação do território como bairro e região administrativa representa o início de um processo de inserção do Estado em um espaço anteriormente marcado não só pela ausência de investimentos e planejamento, mas pela intensa exclusão social, dado o de coação e o constante conflito existente entre o poder paralelo do tráfico de drogas e a repressão policial, e pelas condições insalubres de habitabilidade e os diversos aspectos relacionados que são influenciados estas, com ênfase na questão da saúde pública.

Ainda, por instituição da Lei 3.351/01, a Rocinha foi declarada Área Especial de Interesse Social (AEIS⁴). Essa designação permite trabalhar alternativas aos índices de controle urbanístico, adaptando-os para habitações de interesse social, dessa forma, apresentando-se como outra possibilidade ao Estado de adentrar o território, através de construção das moradias. Esse fato também se configura como mais um passo em relação a legitimação da ocupação do território e também como ferramenta de controle à ocupação e ao crescimento territorial do bairro.

Existem outros aspectos que fazem da Rocinha uma região bastante peculiar no contexto da cidade do Rio de Janeiro. Ela está localizada entre alguns dos bairros mais valorizados, e conseqüentemente habitados por uma população de alto poder aquisitivo, que contrasta com a população favelada em relação a seus hábitos e cultura. O conflito entre dois personagens distintos em espaços não é latente apesar da proximidade. Acontece apenas nos pequenos espaços permeáveis entre os carros engarrafados na Autoestrada Lagoa-Barra ou no prestador

²De acordo com o Art. 4º - *“Fica criado o Bairro da Rocinha (código 227154), com delimitação na forma do Anexo II desta Lei e que passa a ser incluído na delimitação de bairros constantes do Anexo II do Decreto nº 5.280/85, Área de Planejamento 2-AP-2”.*

³Ainda de acordo com a lei nº1.995/93, *“Art. 1º - Fica delimitada, na forma do Anexo I desta Lei, a XXVII Região Administrativa-Rocinha, criada pelo Decreto nº 6.011, de 4 de agosto de 1986, e que passa a ser incluída no Anexo I do Decreto nº 5.280, de 23 de agosto de 1985, Área de Planejamento 2-AP-2”.*

⁴ Área de Especial Interesse Social - AEIS é aquela destinada a Programas Habitacionais de Interesse Social – HIS, destinados prioritariamente a famílias de renda igual ou inferior a seis salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada, admitindo-se usos de caráter local complementares ao residencial, tais como comércio, equipamentos comunitários de educação e saúde e áreas de esporte e lazer (LEI COMPLEMENTAR nº111 – RIO DE JANEIRO, pag. 45).

de serviço em trânsito de um condomínio fechado para apanhar o coletivo ou subir a favela. Atribui-se essa não interação os espaços a descontinuidade presente no tecido urbano, que revolve ocupação do território e a distribuição de equipamentos que seriam capazes de promover essa interação.

A delimitação do território da Rocinha é uma questão polêmica. O território é vizinho à área de proteção ambiental⁵, que corresponde ao Parque Nacional da Tijuca. Existe uma grande preocupação dos ambientalistas com as condições de preservação do parque e de seus limites em relação à expansão territorial da favela. Motivado pelo discurso da violência associado com o crescimento da favela, existe grande resistência da população vizinha na implantação de equipamentos públicos e conjuntos habitacionais⁶. Essa postura pode ser evidenciada nos questionamentos sobre a promoção de investimentos em infraestrutura ao bairro, fruto do preconceito instaurado contra os moradores favelados.

Uma questão fundamental sobre a constituição da Rocinha seria a questão da dimensão do território em relação ao tamanho da população. Apesar da pouca precisão para quantificação de elementos para favelas em geral, a discrepância de resultados obtidos pelos órgãos que promoveram um recenseamento populacional na Rocinha é descomunal. Apesar dos dados oficiais do IBGE já apresentarem um crescimento significativo, de 56.338 para 69.161 habitantes de 2000 para 2010, dados coletados pela Light e lideranças locais, ainda no ano de 2000, apresentavam uma estimativa 130.000 habitantes, ao passo que representantes da associação de moradores defendem que a população do bairro estaria acima de 200.000 habitantes⁷. O estudo do Plano de Desenvolvimento Sócio-espacial da Rocinha, com outro ponto de vista, projetou uma população atualmente de aproximadamente 120.000 habitantes⁸. Partindo do princípio que existem métodos de recenseamento diferentes, assim como

⁵ Referenciado no Art. 117 da Lei Complementar nº111/11, que dispõe sobre a política urbana e ambiental do município do Rio de Janeiro (<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3372233/DLFE-262093.pdf/LEICOMPLEMENTARN1.1.1.DE0.1.DEDEZEMBRODE2.0.1.1..pdf>)

⁶ Moradores de São Conrado demonstraram posicionamento contra a construção de conjuntos habitacionais para moradores da Rocinha no bairro. Através da Associação dos Moradores e Amigos de São Conrado (AMASCO), os moradores condenaram o empreendimento, justificando a desvalorização dos imóveis do bairro (<http://amasco.org.br/noticias/esclarecimentos-sobre-o-pac-2-da-rocinha/>)

⁷ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html>

⁸ Informação obtida através de entrevista com Luiz Carlos Toledo.

finalidades distintas entre cada um dos órgãos pesquisados, admite-se certa divergência de dados entre cada uma das fontes, porém o grau dessa diferença, que chega a representar quase o triplo dos dados, nos casos mais extremos, apenas difunde incerteza sobre o real adensamento presente na favela.



(Imagem 4 – Amanhecer na Rocinha -

http://noticias.uol.com.br/album/111113ocupacao_rocinha_album.htm#fotoNav=51)

Os registros sobre o início da favelização da Rocinha datam a partir do loteamento da fazenda Quebra Cangalha pela Companhia Imobiliária Castro de Guidon nos anos de 1925 e 1926. A favela foi se consolidando através do século XX com a pavimentação da Estrada da Gávea em 1930, tendo seu maior adensamento no período de 1960 a 1970 com a abertura do túnel Zuzu Angel. Nas décadas seguintes, a comunidade foi conquistando paulatinamente o acesso a serviços, mas sempre caracterizados pela presença da informalidade. Foi também durante esse período que consolidou-se a presença do tráfico de drogas em facções organizadas, sendo este também agente promotor do desenvolvimento e adensamento da favela.

A configuração do espaço na Rocinha possui características distintas de acordo com a porção do território. Luciana da Silva Andrade identifica ao menos quatro padrões morfológicos diferentes setorizados pelo bairro: *padrão em malha*, nos primeiros loteamentos na parte baixa, mais conhecida como Bairro Barcelos, abriga atualmente construções de maior gabarito e de grande valor especulativo, visto a concentração comercial; *padrão do eixo principal*, ocupações que acompanham a estrada da Gávea, única via no interior do bairro que apresenta circulação de transporte público da rede municipal, que concentra maior parte dos equipamentos urbanos e um grande número de serviços e comércio; *padrão de alta densidade*, maior incidência no

bairro, tem como principal característica baixo índice de áreas não edificadas, logo se configurando como um espaço extremamente adensado, característico das favelas em encostas da zona sul do Rio de Janeiro, apresenta dificuldades de acesso e carência de serviços urbanos; e o *padrão periférico*, ocorre em áreas de ocupação mais recente, limítrofes do bairro, caracterizado por construções precárias e as piores condições em termos de infraestrutura urbana (ANDRADE, 2002).

4.2 FORMAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A atual associação de moradores da Rocinha está estruturada em três grupos principais: grupo que representa as sub-regiões do Laborioux e Vila Cruzado; grupo da sub-região Bairro Barcelos, representado pela Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos (Amabb); e grupo da sub-região Xaolim, representada pela União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPPMR). Existem ainda movimentos sociais paralelos aos grupos “oficiais” das associações, como Rocinha Sem Fronteiras, Salve Rocinha, SOS Rocinha, que promovem ações comunitárias e atividades políticas dentro do bairro⁹

O que se apresenta atualmente é um conflito em relação ao que seria a “real” representatividade dos movimentos sociais dentro da Rocinha. Segundo relatos, os canais oficiais de comunicação dos órgãos públicos com o bairro reconhecem apenas os representantes dos grupos que integram associação de moradores. Porém muitos dos grupos paralelos que atuam junto à comunidade, defendem que os atuais “representantes” da Rocinha estão quase completamente cooptados pelo Estado, de forma que haveria uma supressão do diálogo entre governo e população, o que conformaria uma postura autoritária em relação à promoção de ações no melhor interesse do Estado¹⁰. Um dos pontos de discordância entre os grupos gira em torno da apresentação dos investimentos feitos na Rocinha como uma vitória

⁹ Informação obtida através de entrevista com Simone Rodrigues, moradora da Rocinha e membro do grupo Rocinha Sem Fronteiras.

¹⁰ Informação obtida através de entrevista com Simone Rodrigues, moradora da Rocinha e membro do grupo Rocinha Sem Fronteiras.

dos interesses coletivo dos moradores. Esse discurso é ainda fomentado pelo Estado através da mídia¹¹.

Existe, porém, uma crescente dúvida sobre quem são realmente os agentes sociais representativos, não somente da Rocinha, mas em diversos segmentos da sociedade. As manifestações que aconteceram em várias cidades brasileiras durante o mês de junho de 2013 foi o estopim desse questionamento. Assim como em outros locais, na Rocinha, os protestos contra a má gestão estatal foram convocados não por conhecidos militantes da associação de moradores, mas por novos agentes, até então por figuras desconhecidas do cenário político. Como relatado na revista Piauí de agosto de 2013, no momento em que aconteceu o desconhecimento sobre quem seriam os “líderes” por trás das manifestações de junho, o governo do Estado do Rio de Janeiro rapidamente mostrou-se interessado em receber os aqueles apontados como articuladores dos atos, montando uma comissão de moradores, aos quais foram oferecidos, posteriormente, cargos remunerados para atuarem como fiscalizadores do estado nas obras do PAC. Essa oferta foi declinada na própria reunião em que foi proposta¹².

O que se torna evidente no contexto de manifestações, em que o Estado se mostra incapaz de aliciar suas lideranças, principalmente na Rocinha, mas também em outros cenários. Isso põe em evidência uma crise de representatividade, em que as atuais lideranças, legitimadas pelo Estado, não estão necessariamente representando os interesses coletivos da população da Rocinha. Os novos movimentos sociais organizados lutam pela capacidade de terem suas demandas ouvidas com o mesmo tom que dos grupos de vanguarda, ignorados muitas vezes por soar dissonante dos acordos estatais, e já que recusaram o pacto com o governo, são tratados como não legítimos.

¹¹ Através do relato extraído em fórum do grupo Rocinha Sem Fronteiras é possível identificar o choque entre o discurso dos representantes de movimentos sociais distintos. (<http://mundoreal.org/pt-br/resumo-e-analise-da-reuniao-rocinha-sem-fronteiras-21092013>)

¹² <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-83/esquina/os-estreadantes-da-rocinha>



(Imagem 5 – Manifestação realizada pelos moradores da Rocinha em Junho/2013 - <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sem-mascaras-rocinha-faz-protesto-bem-humorado-pelas-ruas-do-rio,1553f9e555e7f310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>)

4.3 A RELAÇÃO DE DISPUTA DE PODER NO TERRITÓRIO

O território da Rocinha apresenta, dentro do contexto que está inserido, uma grande gama de atores urbanos que influem na formação do bairro. A grande maioria desses atores são pessoas que fazem parte de um longo processo de ocupação do território, porém que entram em conflito com agentes externos, até pouco tempo ausentes do processo de construção do espaço. Entre os principais deles, podemos identificar as lideranças comunitárias, que são fruto da participação política e do histórico de ocupação do bairro. Como já observado anteriormente, existe uma crise de representatividade dessas lideranças, nos permitindo identificar dois subgrupos que atuam a partir dessa identificação: as antigas lideranças e membros da associação de moradores; e as novas lideranças que buscam representatividade por canais desconectados dos tradicionais. Presentes também a partir da do processo de formação desse território está um grupo de poder que atua na ausência do Estado, que pode ser atribuído aos traficantes de drogas. Esses personagens por muito tempo assumiram posição de autoridade e de provedores de diversos serviços na favela, mantendo um estreito laço com os demais moradores do território, apesar das práticas violentas e autoritárias.

Esses atores perderam protagonismo na favela após a inserção de outro grupo no território, que são os policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Esse novo grupo, externo à comunidade, configura como mais marcante instrumento do Estado no recente processo de inserção dentro de comunidades favelizadas. Policiais militares representam uma força ambígua dentro do território, já que, por um lado, representam o acesso a serviços da cidade formal, em uma rotina até então desconhecida pelos moradores da favela; por outro lado, reedita as mesmas práticas truculentas empreendidas pelo narcotráfico, só que pelo fato do seu caráter estrangeiro, acirra um diferente conflito com a população e com movimentos sociais.



(Imagem 6 – Protesto na Rocinha pede que policiais entreguem o corpo de Amarildo - Foto: Fernando Frazão/ Agência Brasil - <http://fotospublicas.com/protesto-rocinha-pede-policiais-entreguem-corpo-amarildo/>)

Em novembro de 2011, policiais militares ocuparam a favela da Rocinha e prenderam o traficante Antônio Bonfim Lopes, conhecido como Nem, principal chefe do tráfico de drogas da região¹³. Essa ocupação militar do território associada à prisão de Nem foi uma das principais ações preparatórias para o plano do governo do estado de implantação de UPPs em áreas estratégicas da cidade do Rio de Janeiro, em setembro do ano seguinte. A presença da polícia militar no território da Rocinha representou não apenas uma transformação em relação à segurança pública dos moradores do bairro e sua vizinhança, mas abalou uma hierarquização de forças que havia se consolidado paulatinamente no território e que, em um dado momento, se mostrava forte o suficiente para enfrentar o poder público violentamente. Em entrevista realizada com os moradores, essa transformação possibilitou estabelecer uma rotina de atividades dentro da Rocinha que até então não acontecia, de forma que reivindicações por serviços e a possibilidade de representatividade dos movimentos sociais receberam um ânimo que estava minado pela soberania do narcotráfico.

Em julho de 2013, durante uma operação da polícia militar em repressão a atos criminosos ligados a traficantes da Rocinha, o pedreiro Amarildo de Souza foi levado à base da UPP por policiais e, após o ocorrido, nunca mais encontrado. O ocorrido com Amarildo foi apenas um dos diversos casos de desaparecimento que acontecem em favelas, e recentemente em maior número em comunidades pós instalação das UPPs, como indicam dados do Instituto de Segurança Pública (ISP)¹⁴. Ainda assim, recebeu extraordinária atenção da mídia em relação ao contexto dos protestos que afloravam pelo país e pelas evidências que associavam a ação da UPP, vendida como solução para problema da segurança pública, ao desaparecimento do pedreiro. O caso de Amarildo foi fundamental para uma nova transformação nas relações de poder e de representatividade social na Rocinha. A credibilidade das UPPs foi questionada a partir do ocorrido, de modo que a opinião pública ocasionou a substituição do comando da UPP da Rocinha a fim de melhor preservar o trabalho e os policiais que estavam sendo investigados. Como consequência, grande parte da articulação para transformações sociais no território sofreu um retrocesso¹⁵, ao passo que as investigações que culminaram nas

¹³ <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/policia-prende-o-traficante-mais-procurado-do-rio-de-janeiro/n1597362393622.html>

¹⁴ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm>

¹⁵ Opinião obtida através de entrevista com Simone Rodrigues, moradora da Rocinha e membro do grupo Rocinha Sem Fronteiras.

evidências de que Amarildo havia sido torturado por policiais da UPP16, levaram a um afastamento entre poder público e comunidade, que estava sendo conquistado a partir da promoção do serviço de segurança e de investimentos de infraestrutura e equipamentos para o bairro. Esse fato levou, mais recentemente, à tentativa de reafirmação do tráfico de drogas na Rocinha após a troca de comando da UPP¹⁷, alterando novamente o peso das relações de poder.

Podemos observar, através da lógica que orientam as ações territoriais, como é o caso da Rocinha, que existe uma relação estreita entre a capacidade de investimentos e prestação de um determinado serviço e a detenção e imposição do poder, a partir da violência e intimidação. Apesar das diferentes imagens representativas sobre os grupos de atores sociais, que se encontram constantemente em conflito, vemos que as estratégias para manutenção do poder e seu exercício cotidiano se assemelham em um nível que geram indiferença, por grande parte da população, sobre qual grupo de fato vence esta disputa.



(Imagem 7 – Forças de segurança do Estado e blindados da Marinha ocupam ruas da Rocinha-
<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/bope-e-batalhao-de-choque-continuam-na-rocinha-ate-instalacao-de-upp-diz-cabral-20111113.html>)

¹⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/policia-diz-nao-ter-duvidas-de-que-amarildo-foi-torturado-na-rocinha.html>

¹⁷ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/pacificada-rocinha-tem-segundo-tiroteio-em-menos-de-24h-no-rio.html>

4 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ESPACIAL DO BAIRRO DA ROCINHA

4.1 ESTRUTURAÇÃO DO PLANO

Os primeiros anos da década de 2000 foram marcados por um intenso conflito entre traficantes e policiais no território da Rocinha, reafirmando o constante risco ao qual os moradores do local estavam sujeitos, além da incapacidade de estabelecer uma rotina afastada da violência da coação de grupos que rivalizavam o controle sobre o bairro. A situação ainda extrapolou os limites locais do bairro abrangendo a escala municipal, a partir do momento em que influenciava circulação e segurança pública da cidade. Durante este mesmo período, foram constituídos dois fóruns de mobilização social e institucional a fim de buscar uma forma de equacionar os problemas presentes no território¹⁸: o Fórum Técnico de Urbanização da Rocinha, composto por representantes locais e técnicos da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR); e o Fórum Dois Irmãos, convocado pela Associação de Moradores de São Conrado (AMASCO), reunindo as três associações de moradores da Rocinha (AMABB, AMA-VL-VC e UPMMR¹⁹) e instituições como OAB-RJ, Firjam, IAB-RJ, PUC-RJ, ADEMI e SINDUSCON. O trabalho desses coletivos foi fundamental para iniciar um pensamento de transformação urbanística do bairro. A partir desse trabalho foi lançado um concurso para buscar estratégias para urbanização do território.

O “*Concurso Nacional de Ideias para Urbanização da Rocinha*” foi lançado em outubro de 2005 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pelo IAB-RJ. A equipe vencedora do concurso era liderada pelo arquiteto Luiz Carlos Toledo e tinha como principal característica estreitamento das relações do escritório com bairro, tanto pela inclusão na equipe de técnicos externos que anteriormente haviam desenvolvido trabalhos anteriores ao território, quanto pela presença de membros moradores do bairro. O processo de concepção e conclusão do plano, segundo relatos²⁰, foi amplamente incentivado por Luiz Paulo Conde, então vice-governador do estado, porém foi pouco aproveitado para os planos do governo de Rosinha Garotinho²¹. A

¹⁸ Informações contidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Rocinha, página 42

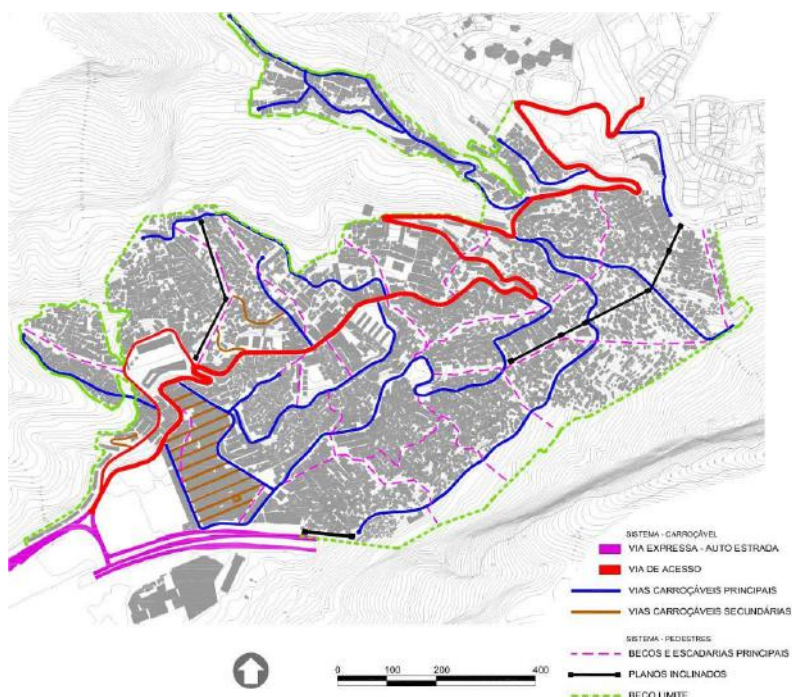
¹⁹ Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcellos, Associação de Moradores da Vila Laboriaux e Vila Cruzado e União Pró Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, respectivamente.

²⁰ Informação obtida em entrevista com Luiz Carlos Toledo, arquiteto responsável pelo Plano de Desenvolvimento Sócio Espacial da Rocinha.

²¹ Rosinha Garotinho foi governadora do estado do Rio de Janeiro de 2003 a 2007.

proposta de planejamento e investimentos baseados no plano foi uma das plataformas políticas que elegeram Sérgio Cabral como governador nos anos que se sucederam²².

O plano de desenvolvimento sócio espacial do bairro da Rocinha aborda aspectos de diferentes áreas do planejamento urbano, incluindo: plano de transporte, plano de intervenção urbanístico parcial, plano geral de urbanismo, plano geral de infraestrutura e proposta de legislação. O plano de transportes visa trabalhar (e não somente avaliar) a estratégia de mobilidade a partir dos fluxos existentes (pedestres, veículos motorizados e não motorizados, e transporte coletivo) e a questão de acessibilidade/permeabilidade das ruas, becos e escadarias de um território extremamente denso e crescimento desordenado, valorizando os espaços urbanos de circulação e socialização. Em suas diretrizes, são citadas a valorização das estratégias de integração entre as soluções para transporte na Rocinha com modelos já praticados no município, a criação de alternativas para transporte público e a adaptação do transporte coletivo tradicional, além da valorização dos trajetos realizados a pé e da acessibilidade a diversos pontos do bairro²³.



(Imagem 8 – Mapa do esquema viário proposto para o território – FONTE: 6ª Entrega – Volume 1 Plano de Trabalho – Plano Sócio-Espacial da Rocinha – pag.84)

²² Sérgio Cabral Filho foi governador do estado do Rio de Janeiro de 2007 a 2014.

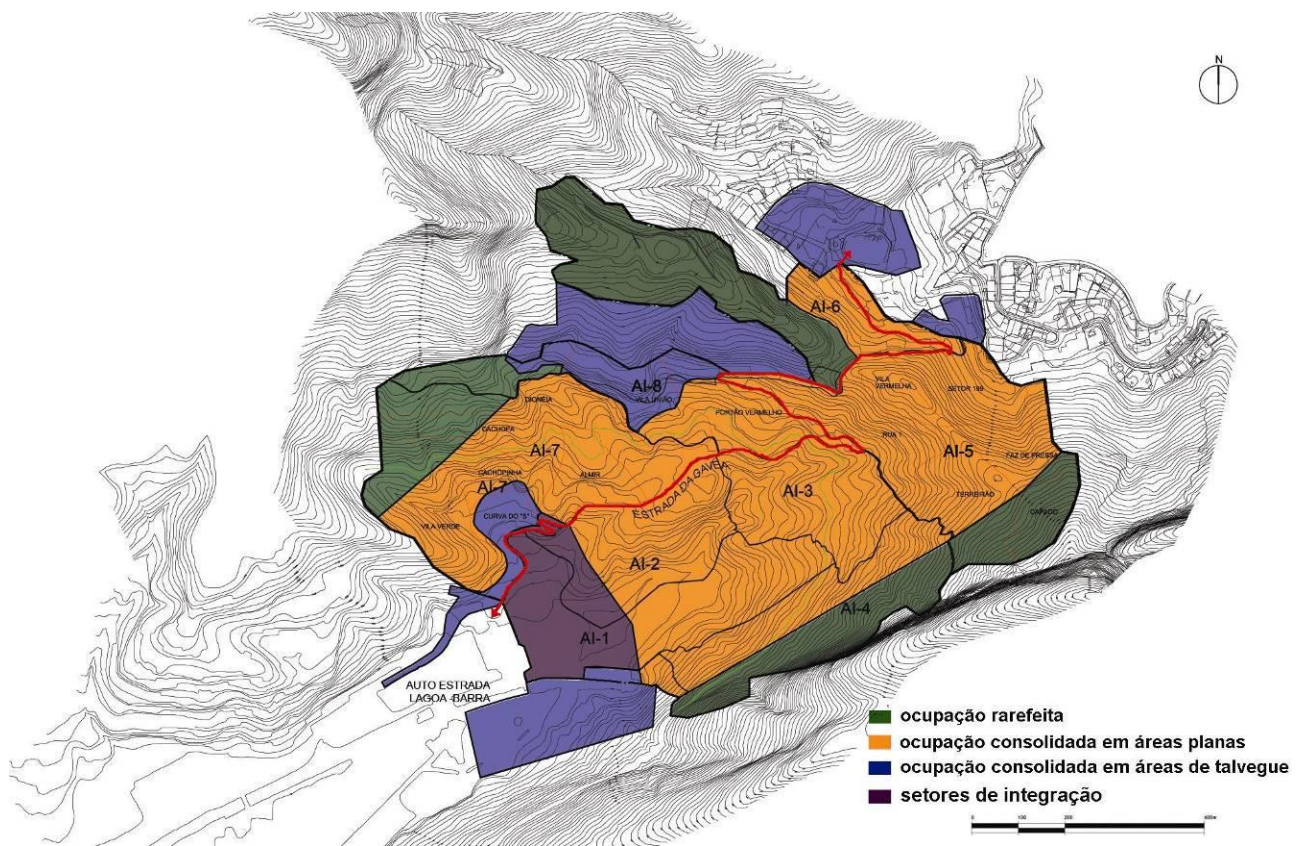
²³ 6ª Entrega – Volume 1 Plano de Trabalho – Produto 19 – Plano Sócio Espacial da Rocinha, páginas 14 a 33.

O plano de intervenção urbanístico parcial consiste em uma série de ações que visam equacionar os principais problemas de infraestrutura, circulação e conforto ambiental analisados, de forma que as intervenções se caracterizam por apresentar alterações na configuração de ocupação da via, constantemente demandando desapropriações, mas baseando-se na necessidade de adequação de critérios estabelecidos em um novo padrão urbanístico que visa valorizar acessibilidade, permeabilidade, abertura de espaços coletivos para convívio, atentando para necessidade de realocação da população removida em áreas próximas ao originalmente ocupado. As intervenções urbanísticas, finalmente, foram caracterizadas de acordo com três diretrizes principais que as orientam: intervenções no sistema viário, que visam basicamente amortecer as obras de modificação do desenho urbano, mobilidade e alocação de infraestrutura; intervenções especiais, que constituem a criação de espaços livres públicos em áreas de concentração denominadas “marcos urbanos”; e intervenções arquitetônicas, caracterizadas pelas melhorias em unidades habitacionais existentes e realocação²⁴.

O plano geral de urbanismo desenvolvido seguiu também diretrizes identificadas nos estudos diagnósticos anteriores na Rocinha, que se baseavam na proposta de permitir uma maior acessibilidade, criação de espaços públicos e valorização dos espaços de circulação no interior do bairro, além de pensar a melhor provisão de infraestrutura para o bairro. De uma forma mais exclusiva, se dedica a estabelecer diretrizes para ocupação e expansão da favela, de forma que seu crescimento tenha um controle sobre a expansão territorial. Foi baseado na análise dos bairros e do contexto ao qual estavam sujeitos, que o plano propõe um zoneamento do território da Rocinha para definir essas diretrizes ao espaço: *zonas de integração*, que visam promover um maior diálogo entre a Rocinha e bairros vizinhos, bem como incentivar a permeabilidade e acesso aos equipamentos públicos a serem implantados de acordo com o plano (posição específica no zoneamento); *zona de contenção*, que são zonas de amortecimento da ocupação apontadas próximas aos limites das áreas de preservação ambiental, indicadas também para realocação de unidades habitacionais; e *zona de abrangência*, localizadas próximas a equipamentos concentradores e estratégicos no território²⁵.

²⁴ 6ª Entrega – Volume 1 Plano de Trabalho – Produto 22 – Plano Sócio Espacial da Rocinha, páginas 34 a 61.

²⁵ 6ª Entrega – Volume 1 Plano de Trabalho – Produto 23 – Plano Sócio Espacial da Rocinha, páginas 62 a 102.



(Imagem 9 – Mapa Zonas de Intervenção, Contenção e de Abrangência do Bairro da Rocinha –
 FONTE: 6ª Entrega – Volume 1 Plano de Trabalho – Plano Sócio-Espacial da Rocinha –
 pag.79)

O plano geral de infraestrutura foi concebido de acordo com vários aspectos específicos do tema, buscando sempre a interação com as intervenções urbanísticas apresentadas anteriormente, minimizando, assim, os gastos com infraestrutura urbana à população. O primeiro elemento é um plano que aborda o sistema de abastecimento de água, detalhando as obras de adução, reserva e distribuição a serem implantados. O segundo ponto é relativo ao sistema de esgotamento sanitário, focando nos trocos de coleta e destinação do material captado. O terceiro elemento é um plano para o sistema de drenagem pluvial, fazendo uma leitura das bacias e talvegues presentes no território. O ponto final seria um estudo em relação à energia elétrica e iluminação pública, que visa equacionar problemas de distribuição e iluminação²⁶.

A proposta de legislação apresentada para o bairro da Rocinha não consiste necessariamente em um conjunto de leis a serem aplicadas ao território, mas uma série de diretrizes que

²⁶ 6ª Entrega – Volume 1 Plano de Trabalho – Produto 24 – Plano Sócio Espacial da Rocinha, páginas 103 a 132.

precisam ser legisladas pelo município e estado a fim promover as propostas previamente abordadas pelo plano, mas também para que sejam empreendidas transformações de diversos aspectos da estrutura da favela. Uma das principais delas, defendidas pelo próprio Luiz Carlos Toledo é a elaboração do Plano de Estruturação Urbana da Rocinha (PEU), plano responsável por orientar o desenvolvimento físico-urbanístico de um território. Segundo o arquiteto responsável pelo plano, é de fundamental importância que o PEU oficialize os parâmetros de uso e ocupação do solo para a Rocinha de acordo com estudos realizados pelo plano e não a partir de decreto estabelecido sem um vínculo participativo com os moradores da comunidade, entre outras diretrizes relacionadas. Além disso, as diretrizes buscam estabelecer ferramentas para aumentar a fiscalização e promoção de serviços ao bairro²⁷.

O plano de desenvolvimento sócio espacial do bairro da Rocinha, em uma análise geral, abrange os diversos aspectos ao qual um plano de urbanismo está sujeito, porém apresenta duas características marcantes e fundamentais para forma qual o trabalho foi estruturado. Primeiramente, destaca-se a integração que existe em cada um dos aspectos abordados, como por exemplo a legislação sugerida para território em comunhão a proposta do zoneamento e as intervenções urbanísticas para realocação, ou talvez no caso mais dinâmico, na estratégia de circulação alternativa em planos inclinados, que contempla preservação ambiental dos talvegues, melhorias habitacionais e realocações, além da integração da provisão de infraestrutura, em uma mesma diretriz. Outro fator foi a forma participativa qual se propôs o plano, que será abordada de forma mais específica a seguir.

4.2 O PROCESSO PARTICIPATIVO NA CONCEPÇÃO DO PLANO

A possibilidade de participação popular no planejamento urbano vem sendo construída paulatinamente desde o século XX, mas frequentemente esbarra no modelo centralizador tecnocrata de governos e órgãos de planejamento. Nas experiências mais recentes sobre participação, vemos que a atuação dos atores sociais se dá de uma forma consultiva passiva, de forma que não há o exercício pleno de planejamento popular. Faz-se necessário no processo de planejamento, a fim de incluir socialmente a população do processo de concepção da cidade, uma transformação na postura do processo participativo, tal como exercitada na formação do plano de desenvolvimento para Rocinha.

²⁷ 6ª Entrega – Volume 1 Plano de Trabalho – Produto 26 – Plano Sócio Espacial da Rocinha, páginas 133 a 140.

A primeira questão foi o fato de que a demanda de concepção participativa do plano foi trazida pela própria população da Rocinha, a partir da organização em fóruns de discussão sobre os problemas no bairro, fomentada principalmente pelo debate acerca da segurança pública. Essa característica é fundamental para estabelecer uma postura ativa dos movimentos sociais em relação ao processo de concepção, evidenciando os principais pontos a serem abordados de acordo com as demandas discutidas pela população, de forma que existam outras dimensões a serem consideradas na pré-conceituação do plano que não sejam apenas aspectos técnicos “aceitáveis”, principalmente no caso específico de urbanização para favelas, onde dificilmente se encontram padrões pré-estabelecidos ou convenções majoritariamente admitidas. O arquiteto Luiz Carlos Toledo enfatiza o fato de que o plano foi elaborado livre de uma normalização metodológica, o que foi fundamental para integração da equipe, que era um misto de técnicos e moradores da Rocinha, dando oportunidade para manifestação participativa (TOLEDO,2010).

O que se identifica a partir dos registros de concepção do plano foi um intenso trabalho do grupo responsável pela elaboração do plano, tanto durante a época do concurso quanto no período que se sucedeu. Buscou-se uma aproximação com a comunidade através da realização de reuniões entre grupos específicos, em assembleias abertas, mas também na conversa boca a boca pelas vias da comunidade, de forma que estabelecesse esse constante diálogo entre os diversos grupos. Luiz Carlos Toledo defende que antes de se urbanizar a Rocinha era necessário “urbanizar a mente” dos moradores do bairro, isto é, trabalhar a instrução aos moradores sobre que seria o processo de concepção do plano: a motivação, os objetivos e consequência do empreendimento das intervenções.

Um fator importante que possibilitou consolidar esse relacionamento foi a instalação de um escritório local sediado na própria comunidade. Além de concentrar a compilação dos dados levantados pela equipe de desenvolvimento do projeto, o local serviu para sede de reunião entre equipe e comunidade, assim como um ponto constante de atendimento à população, deixando, dessa forma, abertura para participação popular, mesmo que fosse, em alguma ocasião, somente para consulta/entendimento do trabalho.



(Imagem 10 – Fórum dos moradores para discussão do plano – FONTE:
<http://barracoadentro.com/rocinha-sem-fronteiras-democratizando-o-debate-comunitario-sobre-o-pac/>)

Em suma, a metodologia do processo participativo na construção do plano de desenvolvimento sócio espacial do bairro da Rocinha pode se destacar por ser diferenciado em relação à sua relação de proximidade com a população, desde a abordagem, composição da equipe principal de trabalho, até a forma com que o projeto foi construído e apresentado à comunidade. Em sua reflexão sobre o trabalho empreendido, Luiz Carlos Toledo avalia que a liberdade metodológica para desenvolvimento do plano, a postura de apoio e cobrança da comunidade para com o plano e a diretriz da licitação, que valorizou capacidade e criatividade sobre propostas técnicas ou de menor preço, foram fundamentais para que o plano concebido incorporasse as questões debatidas pela comunidade e fosse de fato um produto construído de forma participativa.

4.3 A RELAÇÃO DO PLANO COM LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E O OUTRAS FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

O plano de desenvolvimento socioespacial desenvolvido para Rocinha configurou-se como importante instrumento no processo de urbanização da região, pelo fato de que não houve de fato um conjunto de diretrizes que viesse a propor intervenção territorial em um momento anterior ao plano. Segundo Luiz Carlos Toledo, o plano, após sua conclusão, foi apresentado no Ministério das Cidades, órgão responsável não só pela captação de recursos para investimento no bairro, mas para inclusão de uma área específica de investimentos dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para investimentos em áreas de baixa renda em todo o país. Algumas das intervenções propostas pelo plano de desenvolvimento foram realizadas no bairro graças aos recursos provenientes do PAC. Hoje, esses recursos representam o maior investimento e veículo de transformação do bairro.

Ainda assim, o plano de desenvolvimento concebido para Rocinha carrega o estigma da não institucionalização. Apesar de ser um estudo que foi licitado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, o plano não foi oficializado dentro da legislação municipal, o que faz com que não seja caracterizado como uma ferramenta legal de planejamento a ser obedecida por qualquer órgão de governo, nem mesmo o desenvolvimento das obras do PAC, que foram originalmente fomentadas pelo plano. Na própria estrutura do plano, na seção que trata sobre a proposta de legislação, são apresentadas diretrizes que orientam para a criação de uma série de regulamentações que seriam responsáveis por institucionalizar os elementos presentes no plano de desenvolvimento. O que se observa é uma arbitrariedade em relação à implementação do plano, tanto na definição das prioridades de investimento quanto na aplicação das diretrizes estabelecidas. Admitindo que o plano resulta em propostas que visam o desenvolvimento socioeconômico do bairro e que, a partir do processo participativo, foram estabelecidas de acordo com o melhor interesse da população, a postura do Estado, de pinçar pontualmente elementos específicos do plano enquanto abandona outros, passa a imagem de que o cumprimento ou não do que foi estabelecido pelo plano acontece de acordo com os interesses daqueles que detém a capacidade de investimento, contradizendo a situação inicial. Ainda nesse tema, normas sobre o uso e ocupação do solo, que deveriam ser tratadas no plano seguem outras convenções institucionalizadas pelo Estado, no caso o Decreto nº 28.341/07. Essa norma, além de desarticulada em relação à proposta do plano de

desenvolvimento apresentado não passou por um processo de discussão junto aos moradores do bairro, sendo dessa forma, imposta como uma convenção municipal, sem levar em conta as especificidades técnicas e culturais do território em questão.

Das transformações recentes no território da Rocinha ocasionadas a partir da concepção do plano de desenvolvimento, podemos destacar a implantação de diversos equipamentos públicos nas áreas de saúde, esporte/lazer, cultura, mobilidade e segurança pública. Uma das principais questões acerca da implantação desses equipamentos não é necessariamente a qualidade do serviço em si, mas o grau de influência na organização social dos moradores do território. Em um vídeo sobre as obras do PAC²⁸, demonstra antagonismo situacional provocado pelos investimentos, ao expor o fato que muitos moradores pensavam em deixar o bairro enquanto outros encontram dificuldades a retornar a Rocinha atualmente. Rodrigo Dalvi, representante da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) pelo Ministério das Cidades, afirmou em reunião com lideranças de movimentos sociais na Rocinha, em setembro de 2013, que apenas 440 apartamentos serão construídos para relocar as famílias desapropriadas, o que contempla aproximadamente 2.400 pessoas, admitindo que a Rocinha perderia aproximadamente 6.000 moradores²⁹. Luiz Carlos Toledo reconhece os riscos de gentrificação que os investimentos no território podem causar, mas entende que, apesar de defesa de uma legislação que busque defender os interesses dos atuais moradores dos bairros, esse processo é irreversível e que a população da Rocinha e seus hábitos passaram por transformações comportamentais durante essa trajetória.

Em conclusão, podemos admitir que o plano desenvolvimento traçado para Rocinha necessita ser revisto e finalizado. Antes de tudo, o plano deve ser rediscutido e adaptado a realidade dos investimentos que ocorreram nos últimos anos, tanto do ponto de vista das transformações físicas no território quanto do ponto de vista social, quer dizer, as transformações organizacionais, tanto em relação aos fatos que circundam a ocupação policial no morro quanto as mudanças nos movimentos sociais. Algumas das transformações físicas, como a construção de equipamentos urbanos e reurbanização das ruas, foram executadas a partir do plano, mas várias outras alteram diretrizes que foram previamente estabelecidas. A institucionalização do plano, como documento oficial que rege o processo de urbanização do bairro, bem como as legislações externas a serem estabelecidas segundo as diretrizes,

²⁸ Video “Obras do PAC na Rocinha” (<http://www.youtube.com/watch?v=OE72xSp4oww>)

²⁹ <http://1mundoreal.org/pt-br/resumo-e-analise-da-reuniao-rocinha-sem-fronteiras-21092013>

necessitam de serem oficializadas. Apenas dessa forma, plano deixará de ser uma intenção de transformação sócio espacial e se transformará de fato em um instrumento a ser utilizado pelos moradores.



(Imagem 11 – Urbanização da Rua 4 – FONTE:
<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1179809>)

5 O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

5.1 SOBRE O PROGRAMA

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado no ano de 2007 com a justificativa de promover desenvolvimento econômico e social a partir do investimento em grandes obras de infraestrutura, principalmente nas áreas de saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Considerando os investimentos totais de ambos os programas (PAC 1 e 2), foi realizado um investimento de R\$ 955 bilhões de reais. O PAC 2 apresentou uma mudança em relação a organização, estruturado atualmente em 6 eixos, sendo eles: *Cidade Melhor*, focado na área de infraestrutura urbana; *Comunidade Cidadã*, que compreende equipamentos públicos; *Minha Casa Minha Vida*, constituindo o programa habitacional; *Água e Luz para Todos*, focado na questão de distribuição de água e energia elétrica; *Transportes*; e *Energia*.

Existe um debate ético acerca da forma como são realizados os investimentos e objetivos do PAC. Cristiano Silva condena as ações do programa, argumentando que sevem apenas como ferramenta para perpetuar um imperialismo do capital sobre a economia brasileira, classificando-a como semicolonial³⁰. Para ele, grande parte das ações, como as Parcerias Público Privado (PPPs) além das medidas antiburocráticas, que na proposta visam tirar entravas do processo para aprovação de obras de infraestrutura, visam aumentar a participação do capital privado na economia, destruindo as conquistas que tiveram os movimentos sindicais ao longo da trajetória de luta.

Na Rocinha, foi investido um total de R\$ 156 milhões do PAC em obras de urbanização e infraestrutura, incluindo recursos das duas etapas do programa. Desde o início do programa foram realizadas e entregues obras de diversos equipamentos públicos, incluindo o complexo esportivo, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o centro cultural biblioteca parque C4, além de obras de melhorias no sistema viário como foi a urbanização da rua 4³¹. Três obras foram iniciadas, mas não foram concluídas, sendo elas: (i) a expansão e urbanização de uma das

³⁰ "O PAC do governo Lula e o processo de dependência e exploração da economia brasileira".
www.sinasefe.org.br/antigo/Texto%20sobre%20o%20PAC.pdf

³¹ A Rua 4 era anteriormente um beco insalubre e atualmente uma rua carroçável e urbanizada, tendo os moradores do local que foram desapropriados para reformulação da via, sido reassentados em conjuntos habitacionais próximos a área de intervenção.

entradas do bairro, situada onde se encontra a rua do valão e sua ligação com o caminho dos boiadeiros, com a intenção que se estabeleça uma ligação a fim de constituir um espaço público de interação entre os dois; (ii) as obras para instalação do plano inclinado que ligaria o acesso principal do bairro à Via Sul; e (iii) a conclusão da creche dentro dos padrões estabelecidos pelo PAC. Tais obras que não foram concluídas na primeira etapa do PAC seriam concluídas na segunda etapa do programa, mas, até julho de 2014, nenhuma delas havia sido entregue. Nota-se que nenhuma obra de saneamento foi incluída nessa primeira etapa do PAC.

No PAC II da Rocinha, na área de infraestrutura, está previsto o alargamento de vias, melhorias no sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e iluminação das ruas; implantação de um sistema alternativo de mobilidade urbana por duas linhas de teleféricos a serem integrados com uma futura estação de metrô da Rocinha, conciliando urbanização do entorno das estações; novas unidades habitacionais a fim de atender o déficit provocado pelas novas intervenções; e conclusão da creche e pré-escola, previstas na primeira etapa do programa.

Apesar da proposta de investimento em saneamento apresentada para a segunda etapa do PAC, é possível ver o temor de que essas obras não venham a acontecer em plenitude, assim como ocorrido na primeira etapa do programa. Existe ainda um descontentamento da população com relação a forma como estão sendo conduzidas tais etapas, no que diz respeito as prioridades de investimento, visto o questionamento feito em relação os investimentos no teleférico. Existem críticas também pelo arquiteto responsável pelo plano de desenvolvimento Luiz Carlos Toledo, de que as transformações que aconteceram da primeira para a segunda etapa do programa, desarticulam as propostas de saneamento e preservação ambiental sugeridas no plano.

5.2 COMPARAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS DO PAC I E II

Os investimentos do PAC I e II para desenvolvimento da Rocinha apresentam condições semelhantes, mas também distintas, no que diz respeito à escolha das prioridades para investimento e em relação ao que havia sido proposto anteriormente, tanto em relação ao plano de desenvolvimento socioespacial quanto às obras da fase anterior do PAC. Como

descrito previamente, a alocação de recursos para investimento na Rocinha, bem como para urbanização de assentamentos precários, se deu em parte, como foi relatado, por influência do próprio plano da Rocinha, admitindo-se como plano de urbanização e estratégia política. Visto isso, apesar dos relatos sobre má utilização da verba em função da influência do narcotráfico, admite-se que os investimentos do PAC em sua primeira etapa foram estabelecidos de acordo com as diretrizes que constavam no plano da Rocinha. Na segunda etapa de investimentos, o que se verifica é que o plano de desenvolvimento estabelecido foi ignorado³². A estratégia para desenvolvimento da mobilidade urbana no bairro é o carro chefe dos investimentos do PAC II na Rocinha e seu principal veículo é a implantação de um novo modal de transporte público alternativo. O teleférico foi uma estratégia apresentada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, não só para a favela da Rocinha, mas para outros bairros da cidade, como o Complexo do Alemão, onde o sistema já foi implantando e operacionalizado.



(Imagem 12 – Charge sobre a proposta do teleférico para a Rocinha – FONTE: <http://www.anf.org.br/urbanizacao-responsavel-com-100-de-saneamento-e-cidadania/#.VARZefldU70>)

³² Novamente se esbarra na questão da não institucionalização do plano de desenvolvimento sócio espacial do bairro da Rocinha.

A discussão da implantação do teleférico é uma das mais divergentes e recorrentes a respeito do território, tanto entre movimentos sociais da comunidade quanto entre profissionais da área envolvidos no projeto. A experiência anterior de implantação desse sistema como instrumento de transporte público de massa traz questionamentos em relação à sua capacidade de exercer tal função e ainda um questionamento acerca do real objetivo de sua implantação. Existem vários argumentos que questionam a efetividade do sistema, sendo que a principal delas é o custo do investimento, tanto para construção como para a manutenção, em relação à frequência de usuários registrada. O transporte é criticado por membros dos movimentos sociais do Complexo do Alemão por não ser adequado ao trajeto que os moradores percorrem dentro da comunidade e no deslocamento para outros pontos da cidade, já que o teleférico só permite a circulação entre o topo dos morros. Outro ponto fundamental é a questão da falta de acessibilidade promovida pelo teleférico, uma vez que as cabines de transporte dos passageiros não fazem uma parada completa na estação, requerendo alguma habilidade dos passageiros no embarque e desembarque.

Outro questionamento levantado acerca da implantação do teleférico é justamente se ele funciona de fato como uma estratégia de mobilidade alternativa ou se é uma medida para atrair o turismo para comunidades ou ainda, apenas promoção política. Apesar da baixa tarifa para os moradores do Complexo do Alemão, a cobrança para não moradores coloca o transporte como a tarifa de transporte mais cara do Rio de Janeiro. Moradores colocam a questão de boa parte da frequência de transporte de pessoas não locais como “Turismo Exótico”, no qual o turista não desenvolve uma interação social com o local, observando a favela de dentro da cabine do teleférico como em um aquário e desembarcando apenas em pontos que são preparados para fantasiar uma experiência na favela. Outra comparação feita ao sistema de transporte é o chamado “elefante branco”. O processo de concepção e implantação do teleférico não apenas vem sendo criticado pelos moradores, mas os mesmos pretendem entrar como uma ação no Ministério Público por não cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10.257/01, em relação à participação popular no processo de planejamento urbano³³.

O projeto de implantação do teleférico possui, de fato, pontos positivos e negativos. Em termos de eficiência, a velocidade de transporte de passageiros entre dois pontos específicos dos

³³ <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/09/29/rocinha-e-alemao-pretendem-processar-estado-por-causa-de-teleferico/>

territórios estudados, levando em consideração a questão da situação de topográfica em que se encontram as comunidades, não poderia ser desenvolvida por outro modal. A implantação da linha do teleférico representa uma redução grande no número de desapropriações necessárias quando comparados a outras soluções possíveis. Porém, o fato de o governo alterar a principal proposta a transporte de massa alternativo durante o PAC II, vai diretamente contra o que foi estabelecido no plano de desenvolvimento da Rocinha como melhor estratégia para região, assim como todos os outros itens atrelados a proposta de implantação do plano inclinado (como era o previsto).

Existe um movimento de valorização das obras de saneamento básico enfatizado pelo arquiteto Luiz Carlos Toledo, que defende solução integrada aos investimentos nas melhorias habitacionais com a proposta de mobilidade através da implantação dos planos inclinados. Os movimentos sociais na Rocinha também defendem o redirecionamento dos recursos que seriam usados para construção do teleférico para o saneamento³⁴, assim como os moradores dos bairros vizinhos, como São Conrado, apesar de que, através da organização da associação de moradores, demonstrou mais descontentamento em relação a implantação das novas unidades habitacionais das famílias a serem desapropriadas que a própria questão de prioridades de investimento³⁵.

Apesar das diferenças existentes entre o PAC I e II, um fator específico faz com que exista um grau de semelhanças entre as propostas de intervenção apresentadas. Durante a primeira fase do programa, o principal destaque sobre os investimentos foi a instituição de novos equipamentos urbanos, em diversas áreas de interesse. Na segunda fase, a principal transformação evidenciada é a implantação do teleférico, como citado anteriormente. Sem entrar no mérito da importância de cada uma das intervenções, seja qual for a caráter de cada uma delas, vemos que os interesses principais dos investimentos são em obras que projetam grande visibilidade aos empreendedores e administradores do urbano, de forma que se configuram como uma estratégia política sobre o que foi edificado. A partir disso, obras de infraestrutura e a constituição das regulamentações para ordenamento, desenvolvimento e fiscalização das atividades da Rocinha, são negligenciadas, tendo a prioridade de investimentos sendo escolhida de forma arbitrária pelos órgãos governamentais.

³⁴ <http://www.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2013/11/26/rocinha-governo-apela-e-propoe-campanha-por-pac-2-para-convencer-moradores/>

³⁵ <http://amasco.org.br/noticias/esclarecimentos-sobre-o-pac-2-da-rocinha/>

5.3 O PAC E PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ROCINHA

Os investimentos do PAC no bairro da Rocinha proporcionaram modificações ao território, ora de acordo com o que havia sido estabelecido dos planos ora não. É visível a influência que o surgimento dos novos equipamentos proporcionaram na moral dos moradores, proporcionando novas possibilidades de serviços que antes não estavam disponíveis. Todos esses equipamentos, ainda, estavam presentes nas demandas estudadas pelo plano de desenvolvimento. No entanto o que se conclui a partir da comparação entre o que estava sendo planejado e o que de fato está sendo construído no espaço é que o plano está sendo cada vez mais deixado de lado, enquanto são colocados em execução projetos que não são necessariamente aqueles anteriormente discutidos.

Outro fator importante é que não existe de fato um debate entre entidades gestoras e moradores sobre a revisão do que havia sido planejado, sendo que a proposta vai paulatinamente ficando defasada em comparação com as obras do PAC, como é o caso da substituição do sistema de planos inclinados pelo teleférico e todos os fatores que estão atrelados junto ao planejamento dessa rede de transporte. A discussão sobre as transformações entre plano e investimentos também legitimaria o acordo feito inicialmente para construção do plano em que a população participaria ativamente de sua construção, reforçando a ideia não somente de construção, mas também de gestão participativa.

6 CONCLUSÃO

O caso do plano de desenvolvimento da Rocinha nos permite fazer uma avaliação sobre a concepção e a implementação dos planos que procuram operar o planejamento urbano em uma escala menos abrangente que o padrão usual encontrado em planos diretores municipais. Podemos perceber como esse modelo de plano trata questões urbanas em uma abordagem bem mais específica que os planos de maior escala, tornando possível uma integração maior entre diferentes questões, de forma que as intervenções sobre o território equacionam simultaneamente, por exemplo, propostas que integram soluções de infraestrutura urbana, mobilidade, preservação ambiental e habitação em uma mesma ação. No caso da Rocinha, podemos perceber que as soluções propostas no plano de desenvolvimento conformam uma adequação às características físicas da geografia e à morfologia da ocupação do território, onde uma solução de urbanização genérica poderia provocar mais efeitos colaterais no espaço, como desapropriações ou acelerar o processo de gentrificação urbana pelo qual passam as favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro.

A possibilidade de se estabelecer um plano específico para uma comunidade ou bairro representa também uma capacidade de autoafirmação da região como parte integrante do planejamento urbano do município, fundamentalmente importante para comunidades de baixa renda, que durante muito tempo estiveram à margem do processo de urbanização. Outro fator determinante para que o plano fosse concebido foi a atuação direta dos movimentos sociais organizados presentes na comunidade, e da associação com organizações externas, demandando a existência de tal plano. A presença dos movimentos é fundamental para que a abordagem do plano seja direcionada para as questões inerentes à situação de carência de infraestrutura e risco social presentes no território. Esse mesmo sentimento de construção coletiva e de pertencimento é responsável por orientar os movimentos sociais na busca constante por direitos, fazendo com que o plano, dessa forma, retorne à comunidade não somente como instrumento de planejamento e promoção de habitabilidade no território, mas como catalisador dos movimentos sociais.

A não institucionalização do plano constitui-se como principal barreira à aplicabilidade plena do plano no território, já que a descontinuidade das ações do poder público em relação ao que foi estabelecido de acordo com os estudos interrompe o processo de intervenção, tirando a credibilidade do plano, dos movimentos sociais envolvidos no processo e criando, ainda, soluções desarticuladas, ineficientes ou defasadas. O estabelecimento do plano como

legislação oficial do município é fundamental para que a comunidade obtenha respaldo legal para defender as diretrizes estabelecidas para urbanização do espaço.

Finalmente, como destacado pelos próprios moradores e movimentos sociais, existe um questionamento sobre a prioridade de intervenção dos investimentos do PAC. Enquanto a maior parte dos investimentos está sendo realizado até então em obras de grande visibilidade como equipamentos públicos e extravagantes estratégias para mobilidade urbana, investimentos de base como saneamento básico e melhoria das habitações do bairro foram menosprezadas. A decisão sobre a prioridade dos investimentos deve ser feita mediante a participação da população e não jogada à arbitrariedade do poder público, vide os frequentes casos de obras que visam a promoção da imagem do governo ao invés de atender as demandas presentes no território.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luciana da Silva. Espaço público e favelas: análise da dimensão pública dos espaços coletivos não-edificados da Rocinha. Anu. Inst. Geocienc., 2002, vol.25, p.177-178. ISSN 0101-9759.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E.; - A cidade do pensamento único: desmanchando consensos., Petrópolis: Vozes Editora, 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 111, 01-02-2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DESAPARECIMENTOS em favelas do Rio aumentam após início das UPPs. UOL Notícias, Rio de Janeiro 03 ago. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm>> Acesso em: 22 jan. 2014

ESCLARECIMENTOS sobre o PAC 2 na Rocinha. AMASCO Notícias, 09 set 2013, Disponível em: <<http://amasco.org.br/noticias/esclarecimentos-sobre-o-pac-2-da-rocinha/>> Acessado em: 16 fev 2014.

ESTREANTES da Rocinha, Os. Revista Piauí, Rio de Janeiro, 15 ago. 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-83/esquina/os-estreantes-da-rocinha>> Acessado em: 11 nov. 2013.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, Espaço e Debates, n. 39, p. 48-64.

LIMA JUNIOR, Pedro Novais. Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro. 7 Letras, 2010.

MAIOR favela do país, Rocinha discorda de dados de população do IBGE. G1, Rio de Janeiro, 21 dez. 2011. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de->

janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html> Acessado em: 05 jan. 2014.

MIRAFTAB, F. 2009 Insurgent Planning: situating radical planning in the global south. *Planning Theory*, 8, n.1, 32-50

Obras do PAC Rocinha. Youtube, 16 abr 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OE72xSp4oww>> Acessado em: 12 nov. 2013

PAC do governo Lula e o processo de dependência e exploração da economia brasileira, O. Sinasefe, 22 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.sinasefe.org.br/antigo/Texto%20sobre%20o%20PAC.pdf>> Acessado em: 09 mar 2014.

PACIFICADA, Rocinha tem segundo tiroteio em menos de 24h, no Rio. G1, Rio de Janeiro, 29 nov. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/pacificada-rocinha-tem-segundo-tiroteio-em-menos-de-24h-no-rio.html>> Acessado em: 30 nov. 2013

POLÍCIA diz não ter dúvidas de que Amarildo foi torturado na Rocinha. G1, Rio de Janeiro, 02 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/policia-diz-nao-ter-duvidas-de-que-amarildo-foi-torturado-na-rocinha.html>> Acessador em: 22 jan 2014.

POLÍCIA prende o traficante mais procurado do Rio de Janeiro. IG Ultimo Segundo, Rio de Janeiro, 10 nov 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/policia-prende-o-traficante-mais-procurado-do-rio-de-janeiro/n1597362393622.html>> Acessado em: 21 jan. 2014.

RANDOLPH, R. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales*, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de maio de 2008.

RESUMO e análise da reunião Rocinha Sem Fronteiras 21/09/2013. Mundo Real, Rio de Janeiro, 3 out 2013. Disponível em: < <http://mundoreal.org/pt-br/resumo-e-analise-da-reuniao-rocinha-sem-fronteiras-21092013>> Acessado em: 12 nov 2013

ROCINHA: governo apela e propõe campanha por PAC 2 para convencer moradores. Jornal do Brasil, 26 nov. 2013. Disponível em: < <http://www.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2013/11/26/rocinha-governo-apela-e-propoe-campanha-por-pac-2-para-convencer-moradores/>> Acessado em: 12 fev 2014.

TOLEDO, L.C. Uma experiência de participação: técnicos e moradores na elaboração do plano diretor sócio espacial da Rocinha. In: LAGO, L. C. (org). Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: política urbana e gestão pública. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ: FASE, p. 89-102, 2010.